



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

ACTA Nº2/2022

-----**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E VINTE E DOIS.** -----

-----Ao trigésimo dia do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois compareceram para uma reunião ordinária com a ordem de trabalhos abaixo indicada, os membros da Assembleia de Freguesia, Senhores Luís Armando Rodrigues Soeiro, Cecília Maria Antunes Soeiro Matos, Mariana Soeiro Varela, Inácia Pereira Gonçalves Ricardo, Leandro Filipe da Silva Freitas Lopes, Augusto Aurélio Rainho, Rute Isabel Morgado Alves Neves Engrácio, Ernesto Morgado Marques Pereira. David Silvestre informou não poder estar presente, por motivos profissionais.-----

1 -Apreciação e tomada de conhecimento da informação escrita da Senhora Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Freguesia e da situação financeira, nos termos do artigo 9.º n.º 2, alínea e) da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2- Apreciação e tomada de conhecimento referente ao Exercício de Funções a Tempo Inteiro da Senhora Tesoureira, nos termos do artigo 27.º, n.º 3, alínea b) da Lei 169/99 de 18 de setembro. -----

3- Apreciação e votação do Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, bem como os Documentos da Prestação de Contas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

4- Primeira Revisão às Opções do Plano, nos termos do artigo 9.º n.º 1 alínea a) da Lei 75/2013. -----

5- Apreciação e tomada de conhecimento do Parecer da Certificação Legal de Contas do Revisor Oficial de Contas, relativamente ao Relatório de Prestação de Contas e de Aplicação de Resultados, da Junta de Freguesia de Galveias, referente ao ano de dois mil e vinte e um (2021). -----

6- Apreciação e tomada de conhecimento das informações relativas aos atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado pela Lei n.º 12/2020 de 7 de maio. -----

-----INICIO DE REUNIÃO-----

-----Sendo 17 horas o Senhor Presidente da Assembleia deu início à reunião e coloca a ata nº5 de 2021 e a ata nº1 de 2022, da sessão ordinária e extraordinária da assembleia, respetivamente, a votação, ambas **Aprovadas por unanimidade.** -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

-----O Senhor Presidente explica que vão ser lidas duas moções e uma declaração política, todas da responsabilidade da CDU. -----

-----A Senhora Cecília Matos lê a moção sobre o 25 de Abril e o 1º de Maio, considerada como anexo 1. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia colocou a moção em votação e foi **Aprovada por Unanimidade**. -----

-----A Senhora Mariana Varela lê a moção sobre a Paz, considerada como anexo 2.

-----O Senhor Presidente da Assembleia colocou a moção em votação e foi **Aprovada por Unanimidade**. -----

-----A Senhora Inácia Ricardo lê a declaração política, considerada como anexo 3.—

-----O Senhor Presidente da Assembleia informa, os senhores e senhoras da população, presentes, que queiram, no tempo reservado à intervenção do público, usar da palavra, há disponível na sala um documento para ser preenchido para esse efeito.--

----- Após a leitura da declaração política, a Senhora Rute Neves pediu a palavra, a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, e explica que *“Primeiro que tudo, quero dizer que fui eu que fiz aquele comentário no Facebook. E foi público e foi um comentário, que nós até podíamos estar aqui a explicar melhor, porque também tínhamos algo para falar, mas como somos menos um, não está assinado, depreendo que não possa ser entregue. Nós também tínhamos a nossa visão em relação à guerra e em relação à ocupação que foi feita pela Rússia à Ucrânia. Essa declaração, acho que exprime, de certa forma, eu aí não comentei como pessoa que representa o Partido Socialista, comentei como pessoa que sou e a visão que tenho contra um país que invade outro. Portugal também já foi invadido, como vocês sabem. Nós tivemos a dinastia filipina, depois fomos invadidos pelos espanhóis, pelo menos três vezes no século XVIII, e também fomos invadidos pelos franceses. Se nós não nos tivéssemos defendido, hoje não éramos portugueses. E, durante muito tempo fomos obrigados a falar espanhol, quase. Por isso a indignação que vem, minha, ao comentar isso, é precisamente isso. Se alguém invadissem a minha casa, eu comprei a minha casa, não é? O antigo dono, um dia, pensa que quer a casa outra vez, invade-me a casa e diz que a casa é dele. Não, a casa é minha! Eu acho que um país que invade outro, nunca tem razão, nem nunca pode ser levado em conta em tudo aquilo que ele faz. Nós recebemos, Portugal e o Parlamento, a comunicação do Sr. Zelensky. Sim, senhora, receberam. Mais países receberam. Se o Sr. Putin quisesse falar, se calhar, também o recebiam. Só que, nós vemos todos os dias o Sr. Putin a fazer declarações em como não estamos a bombardear Mariupol e, na mesma hora, estão a cair mísseis lá. Tudo o que eles dizem, a seguir, vê-se que é mentira. Felizmente, hoje em dia, a tecnologia dá-nos meios, que ele pode estar a dizer: - “Não, nós nunca fizemos isto em Bucha”, mas os satélites têm fotos, quando eles lá estavam e que aquelas pessoas foram mortas. É assim, eu espero que tudo seja provado. Eu acho*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

que ele nunca vai ter razão no facto de invadir. E nós, quando fomos invadidos na história, como eu falei inicialmente, se calhar, se tivéssemos tido também alguém que nos ajudasse, a gente não tinha deixado os espanhóis entrar, e tivemos ainda de estar com eles uns anos. Depois, nas outras invasões espanholas, tivemos ajuda da Inglaterra e com a ajuda deles é que nós mandámos os espanhóis e os franceses embora. Porque tivemos a ajuda dos ingleses, se eles não nos tivessem ajudado, se calhar, também falávamos espanhol, agora. Isto é só uma comparação a grosso modo. A questão do chazinho, não entendo. Há pessoas que podem entender certas declarações, eu não entendo. Porque quem entra na minha casa, quem invadir a minha casa, eu defendo-me. De certeza absoluta, que me defendo. Mas, nós sabemos que, hoje em dia, a própria Justiça, se o ladrão entrar em casa, se calhar fica em liberdade. Se alguém se defender, que vai a pessoa presa, e o ladrão fica em liberdade. Também temos isto em Portugal, toda a gente sabe. Essa declaração foi feita nesse sentido. Porque não entendo, eu não consigo entender quem possa achar, depois de tudo o que vimos, hoje a notícia, o próprio Papa já ligou ao Sr. Putin 3 vezes para deixar sair os civis de Mariupol, e ele disse redondamente que “Não! Não entra nem sai uma mosca!” Foi a declaração que ele tem dito, mais do que uma vez. Isto não é uma pessoa que possa ter bom fundo. Nem tem boa intenção. E até desarmar, pedir para as Nações Unidas não fornecerem armamento, é porque se eles ficarem sem armamento, ele ataca e toma posse. Ele nunca pensou que alguém se defendesse dele da forma como eles se estão a defender. Ele entrou na Chechénia, ele entrou na Geórgia, entrou em vários sítios. A seguir vai à Finlândia, podem ter a certeza que vai, se ninguém o parar. Ninguém é a favor, eu não acredito que haja aqui alguém que seja a favor da guerra, eu acredito que ninguém seja, ninguém pode ser. Mas, é uma coisa que, é assim, para mim, o que é meu, é meu. E quem invadir o que é meu, eu tenho que me defender. É só esse o sentido do meu comentário. Não quis ofender ninguém, eu estou a dizer “esta gente”, sim senhora, referi-me ao Partido Comunista. Mas, nem todos são iguais, vocês também não são iguais, nem nós somos. Falaram do Sr. Medina. Eu sou socialista e sou contra isso. Agora, também vem a notícia do Presidente de Setúbal que agora está com um escândalo. Chegam as pessoas da Ucrânia, não sei se é verdade, então, agora, não é? E mais coisas poderá haver. É assim, condeno toda, seja quem for, nem que seja da minha família, que fizesse uma coisa dessas, não era por ser da minha família que eu o ia defender. Todos somos diferentes e eu acho que todos aqui estamos a favor da democracia. Todos somos a favor do 25 de Abril e, por isso, todos estamos aqui hoje. Senão, se calhar, não estaríamos, não é? Se não estivéssemos numa democracia e não fossemos eleitos de forma democrática.-----

----- De seguida, a Senhora Rute pergunta se pode continuar e colocar uma questão?
“Gostaria de saber em relação ao prédio da Avenida da Liberdade, onde é que se está a projetar fazer a Casa de Galveias?” -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- O Senhor Leandro Lopes pede a palavra e pergunta “Qual é o motivo pelo qual o Balcão da Caixa Agrícola fechou, se foi devido à Junta ter tirado a conta ou a ter mudado para outra instituição?” -----

----- O Senhor Augusto pede palavra e diz que: “Também não me revejo na ação que o Sr. Medina fez, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, tal como foi aqui falado hoje. Queria também pedir, tal como fomos convidados para participar no dia 1 de maio, para a inauguração dos Serviços Socioculturais, teríamos todo o gosto em sermos convidados para outras atividades da Junta de Freguesia, conforme foi o 25 de abril.” -----

----- A Senhora presidente da Junta de Freguesia responde às questões colocadas pelos senhores membros da Assembleia de Freguesia: “Apraz-nos registar, desde logo, no que à Avenida da Liberdade diz respeito, a existência do contrato, que está a vigorar. O projeto que está consubstanciado no caderno de encargos e no programa do concurso, que a Junta de Freguesia elaborou, e o processo para o início das obras está em tratamento por parte da empresa que contratou o arrendamento. A Casa de Galveias vai ser objeto de instalação no âmbito da obra que o prédio vai sofrer. No entanto, está a ser preparado e será aberto brevemente o espaço enquanto as obras não iniciam, onde podemos fazer a promoção de Galveias, nomeadamente o Centro de Interpretação da Obra José Luís Peixoto, que muito nos orgulha, e de alguns produtos que temos aqui, nomeadamente o azeite e o vinho. Mas, fundamentalmente, esse aspeto da divulgação do Centro de Interpretação, cuja obra está prestes a começar, está também feita a adjudicação, à empresa que vai iniciar os trabalhos nos próximos dias. E, portanto, será exatamente para divulgar esse projeto que queremos utilizar e pedimos essa autorização à empresa e enquanto a obra do edifício não inicia, será utilizada a parte de baixo que tem um espaço de montra, e que é possível, portanto, promover ali um pouco o projeto que temos em curso. A instalação da Casa de Galveias será depois alvo do projeto, tal como está incluído no programa e no caderno de encargos do próprio procedimento. Relativamente à Caixa de Crédito Agrícola, vale a pena referir aqui o que é que foi o procedimento da Junta de Freguesia, relativamente ao balcão que a Caixa de Crédito Agrícola tinha aberto em Galveias. Quando chegámos à Junta, o balcão funcionava dia sim, dia não, segundas, quartas e sextas-feiras e sempre me foi transmitido que teria havido um entendimento entre as entidades maiores empregadoras da Freguesia, nomeadamente a Junta de Freguesia de Galveias, a Fundação Maria Clementina Godinho de Campos e outras entidades que teriam decidido manter, portanto, passar para a Caixa Agrícola os seus movimentos maiores para permitir a rentabilidade, digamos assim, do balcão da Caixa Agrícola. Inadvertidamente, ou talvez não, nós



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

sabemos que o modelo económico que nos comanda toma decisões bem longe de Galveias e bem longe dos nossos interesses e dos nossos olhares. E os Bancos, todos eles, de há algum tempo a esta parte, têm procedido à redução de postos de trabalho e de balcões de atendimento. Isto tem sido prática comum de todos os Bancos, a nível nacional. E a Caixa de Crédito Agrícola, não fugiu a essa regra, e decidiu com o argumento do início da pandemia, encerrar o balcão em Galveias. Nós diligenciámos junto da Caixa no sentido de saber o porquê da situação e manifestar a necessidade que aquele serviço faz à população, tendo em conta todas as características que nós conhecemos da nossa Freguesia: população envelhecida, dificuldades de comunicação com outros pontos, nomeadamente com Ponte de Sor, onde há outro balcão da Caixa Agrícola. Todas as dificuldades que por aí advêm e o facto de, porque somos entidade empregadora com muitos trabalhadores, muitos desses trabalhadores terem, para além do seu recebimento do ordenado, terem na própria Caixa Agrícola outros compromissos das suas vidas pessoais, como é normal. Acontece que o Banco deu prova e documentou, e veio reunir com a Junta de Freguesia, que o balcão não era rentável, que não estavam a cumprir o ratio e os critérios de segurança do próprio funcionamento, porque não conseguiam manter aqui o número de funcionários que deveria existir para que o balcão pudesse funcionar. Fizemos reuniões com, para além de termos reunido e de termos oficiado, tanto a Caixa Agrícola aqui em Ponte de Sor e a direção em Portalegre, como a direção nacional, reunimos aqui com a população, demos conta dessa situação e foi feito um abaixo-assinado, abaixo-assinado esse, junto da população, que foi enviado para a direção nacional da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. Ainda assim, o Banco que é soberano e que nada tem a ver com a opinião, nem pesa para nada ao Banco a opinião da Junta de Freguesia de Galveias, decidiu que tinha fechado por via da pandemia e que o mantinha fechado. E fechou. Eu sei que circulou por aí uma opinião em algumas pessoas de que haveria responsabilidades da Junta de Freguesia, ter tirado de lá a conta, porque a Junta de Freguesia teria feito isto, aquilo, o outro. A Presidente da Junta tinha essa culpa, porque tinha tratado. É bom ficar claro e eu reafirmo aqui, as diligências que fiz enquanto Presidente de Junta e que a Junta fez, foi o que eu acabei de relatar e, foi no sentido de fazer sentir à direção da Caixa Agrícola que Galveias precisava daquele serviço. Não foi isso que chegou à sensibilidade da Caixa de Crédito Agrícola e a Caixa de Crédito Agrícola fechou o balcão, pura e simplesmente o resultado está aí, e não foi por decisão da Junta de Freguesia, porque o Banco não liga nada às decisões da Junta de Freguesia, porque se fosse por decisão da Junta de Freguesia ou pela comunicação que lhe fizemos, teriam tido em conta a nossa situação e o nosso posicionamento e teriam mantido aberto o balcão. Poderiam, eventualmente, até, reduzir mais o tempo de funcionamento, nós conhecemos que houve outros sítios, outras localidades até aqui perto das Galveias, onde há balcões da Caixa Agrícola e que reduziram o tempo de funcionamento. Se funcionava um dia, passou a funcionar meio-dia, reduziram o tempo,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

mas não fecharam...mas a Caixa de Crédito Agrícola decidiu fechar em Galveias. Foi esta a situação, mas da parte da Junta de Freguesia foi diligenciado no sentido contrário e foi transmitido à direção do Banco a nossa posição contrária ao encerramento do balcão. São áreas de intervenção onde nós não temos poder de decisão direto, podemos influenciar, até certo ponto, quando o outro lado se deixa influenciar. Foi este o ponto de situação relativamente ao balcão do Banco em Galveias. Naturalmente, a população ficou mais desacompanhada, ficou com menos esse serviço, mas a responsabilidade não é da Junta de Freguesia. Inclusivamente, depois do fecho da Caixa Agrícola, ainda diligenciámos oficiosamente para procurar perceber da possibilidade de outra entidade bancária poder vir a abrir algum serviço aqui em Galveias, mas também foi liminarmente recusado. Não houve avanço nenhum porque a aposta dos Bancos está na concentração de serviços e na redução de funcionários. E este é o problema principal que baseou e que serviu de base a esta questão. Relativamente ao convite para amanhã, que o Sr. Augusto aqui levanta, registamos e vamos ter mais em conta essa questão, a partir daqui. Temos todo o gosto em que amanhã possam estar presentes todos os Membros da população da Freguesia, que possam estar e que queiram estar a assistir à inauguração daquele espaço, porque com ele vamos melhorar as condições quer de quem trabalha na Junta de Freguesia, quer de quem usufrui desses serviços. E, portanto, teremos todo o gosto em contar com a vossa presença. No 25 de Abril, o que se fez, foi apenas o cerimonial com a Banda da Sociedade Filarmónica, não houve outro tipo de comemorações, mas de futuro, com certeza que tomaremos em conta, temos todo o gosto em que possam participar, porque as atividades que se fazem são para servir a população.” -----

----- O Senhor Augusto pede novamente a palavra e pergunta: “Em relação à questão do Oásis Parque Aquático relativamente ao bar e a obras nos escorregas, qual é a situação? Em relação à Casa Mortuária, pergunto se já há algum sítio definido, uma vez que está nas opções do plano da Câmara Municipal.” -----

----- A Senhora Presidente esclarece: “Relativamente ao parque aquático, o contrato do bar está em fase de rescisão e de devolução, está agendada a devolução do locado para o final da próxima semana. A partir daí, teremos novo procedimento, dado que foi tratada a rescisão do contrato de arrendamento do bar. Relativamente aos escorregas, está em curso a obra de recuperação, de melhoria e de cuidados de manutenção e de conservação, e a empresa a quem foi adjudicada a obra, está dentro dos prazos que o procedimento previa. Aguardamos pela conclusão, dentro dos prazos que estão estabelecidos. Está em curso a melhoria dos escorregas existentes e também a melhoria da parte infantil que está prospetivada. Mas, a aposta principal e a preocupação maior era requalificar os escorregas que já lá existiam, dada a sua degradação do tempo de utilização e da sua duração.” -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- O Senhor Augusto pergunta: *“Haverá também obras nos balneários do Parque Aquático? Vi algumas coisas a precisar de manutenção.”* A Senhora Presidente explica que estão em curso trabalhos de verificação e de manutenção, para além da obra que está a decorrer de requalificação dos escorregas.-----

----- Em relação à casa mortuária, a Senhora presidente esclarece que *“O que nós temos é um processo negocial em curso com a Câmara e, no entendimento, a exemplo do que está em curso com a obra do mercado de Galveias, que possamos aqui, em parceria, construir uma casa mortuária em Galveias. Não temos ainda é a casa velha, degradada, para poder aí instalar e fazer a sua requalificação e instalar a casa mortuária. Mas é uma coisa que está em perspectiva, como está em perspectiva também a requalificação do recinto das festas.”* -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 -APRECIÇÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DA SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA ACERCA DA ACTIVIDADE DA FREGUESIA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS DO ARTIGO 9.º N.º 2, ALÍNEA E) DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia pergunta à Senhora Presidente da Junta se quer acrescentar algo mais, em relação aos documentos que já foram fornecidos aos membros da assembleia.-----

----- A Senhora presidente da Junta de Freguesia elucida: *“Depois da apreciação das contas de 2021, que poderemos analisar melhor, vale a pena referir, porque neste ponto também se verifica a boa saúde financeira da Junta de Freguesia, os senhores Membros da Assembleia receberam um exemplar que documenta a situação saudável da Junta de Freguesia. Do conjunto das atividades desenvolvidas, destacaria alguns aspetos que merecem relevância, que são os trabalhos que decorrem para a instalação da Rota Literária do Centro de Interpretação José Luís Peixoto, que é um projeto que nos orgulha a todos e que temos o privilégio de ter um escritor com o valor que é o José Luís Peixoto, que nos permite, também, levar o nome de Galveias mais longe e ele tem feito também esse trabalho. Que é de todo merecida a aposta na criação de um Centro de Interpretação da sua obra, na nossa Freguesia. Depois, também com alguma relevância e algum destaque, contactos que temos tido e que estão referidos nas reuniões que temos desenvolvido com o projeto que prevê a valorização da bolota no montado, e que a Junta de Freguesia foi contactada e há conversações nesse sentido, para podermos cooperar com esta entidade no sentido de a bolota do nosso montado ajudar à investigação que está em curso e ao desenvolvimento do trabalho de promoção e de aproveitamento para fins diferentes do que tem sido até aqui da nossa bolota. Depois as*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

questões do parque aquático estão aqui também referidas. Relativamente ao FestFado, a Junta de Freguesia foi contactada pela organização no sentido de podermos envolver a Freguesia de Galveias neste evento, que é realizado em Ponte de Sor. Lamentavelmente, porque o agendamento e a estrutura toda do evento já estava completamente construído, não foi possível aceitar a nossa proposta de que pudesse haver uma descentralização para a nossa Freguesia. Porque a proposta que tinha era que a Junta de Freguesia deslocasse para Ponte de Sor o seu público, o que é sempre mais limitativo e a Junta, e a Freguesia, têm possibilidade de receber eventos desta natureza aqui em Galveias. Foi essa a contraproposta, a porta ficou aberta e acredito que de futuro vamos trabalhar nesse sentido. Depois, vale a pena também aqui referir em jeito de informação, a questão da presença da Freguesia no Tribunal de Ponte de Sor, que está também aí nas reuniões e outras atividades, a propósito da audiência judicial sobre o processo levantado à Junta de Freguesia pela AFLOSOR. O que acontece é que a Junta de Freguesia estava associada da AFLOSOR, nos mandatos anteriores à minha chegada à Junta. E quando tomámos conhecimento da existência desta situação, de a Junta ser associada de uma associação desta natureza, o que se situa, do ponto de vista legal, desenquadrada do que a lei permite para a participação das Freguesias em associações. A lei é clara e diz que as Freguesias só podem ser associadas com outras Freguesias e quando tomámos conhecimento da existência desta situação de associação, denunciámos, mas a AFLOSOR processou e exigiu que a Junta de Freguesia lhe pagasse 2 anos de quotização. Nós entendemos que não e o Tribunal decidiu e acabou por decidir partir a contenda a meio, reconhecendo, que do ponto de vista da lei não era possível a Junta de Freguesia ser associada da AFLOSOR, mas por que a entidade que tinha emitido a faturação, a Junta de Freguesia teria que pagar aquela anuidade. Ficou resolvido o problema e, porque a nós, o que nos importava e nos incomodava era o facto de a Junta estar numa situação de ilegalidade. Depois, também a perspectiva da vinda do FestiFolk mais uma vez, foi aqui interrompido pelo período pandémico, a vinda a Galveias. E trabalhamos também já em reuniões com os promotores do projeto musical Summer Camp que também já aconteceu em Galveias e que se não houver nada em contrário, e que a pandemia nos permita, repetir-se-á este ano. E depois, outras questões também, que têm a ver com o relacionamento institucional entre a Associação de Caçadores e a Junta de Freguesia, houve reuniões nesse sentido e que estão aí plasmadas na informação que os senhores Membros possuem. Relativamente à evidência do que tem sido a aposta que temos tido no sentido da melhoria da rentabilização dos rebanhos, da melhoria da rentabilização do que é a exploração direta da Freguesia e que a Junta gere diretamente, nomeadamente a exploração pecuária. O gráfico que os Senhores Membros possuem mostra também, por um lado, a melhoria que temos tido na venda de crias que resultam do rejuvenescimento e da renovação dos rebanhos e, por outro lado, também, algum aumento dos efetivos pecuários, sempre muito pensados e muito



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

programados, tendo em conta as condições existentes e também este ano, em concreto, a preocupação que nos acompanha relativamente às condições climatéricas e as dificuldades que daí advêm, para garantir, o bom tratamento e o bom cuidado do efetivo pecuário da propriedade da Freguesia. Depois, todo o trabalho que tem sido feito ao nível dos trabalhos agrícolas, desde as desmatações, o adensamento do pinheiro manso, a preparação e sementeira de ervilha, todos os cuidados que são normalmente feitos desde a distribuição de lenha à população, a recuperação e o tratamento das alfaias. E, fundamentalmente, vale a pena aqui destacar, a preocupação que temos tido e continuamos a investir na aquisição de equipamentos, que permitam melhorar o trabalho que é feito ao nível da exploração agropecuária. E, neste período, que medeia desde a última Assembleia até agora, merece destaque a aquisição de uma auto-bomba para o furo da Herdade das Freiras e a aquisição de um reboque agrícola, que possa circular na estrada, nas Estradas Nacionais, porque precisamos disso para ir daqui às Freiras e não tínhamos, de facto, equipamentos devidamente legalizados. Depois, aqui ao nível dos serviços operacionais e dos serviços da Vila, temos também mantido, como é normal, a limpeza e a manutenção dos serviços de todos os espaços da Freguesia. E também os cuidados que temos tido ao nível das pinturas, que já se verificaram neste período de tempo, porque as condições do clima foram permitindo. Cuidámos do polidesportivo, da Capela de Santo António, da Senhora da Boa Viagem e de casas de habitação social. Para além disso, tem decorrido também pelos serviços da Freguesia a recuperação e a criação de condições nos casões da cooperativa para a instalação dos serviços operativos que já estão praticamente transferidos e vão passar a operar e a funcionar nos casões da cooperativa, quando até aqui estavam junto da Casa da Cultura. Depois, para além disso, todo o resto das atividades que temos tido com a população, a colaboração do Dia Internacional da Mulher, do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, com subordinado ao tema “O Património e o Clima”, que decorreu recentemente com uma tertúlia, que aconteceu junto à Capela de São Saturnino. Sobre aquela romaria e sobre a questão da feitura das procissões em redor da Capela e as “papas” para pedir chuva, que é património desta Freguesia e que merece ser registado, e conservado e divulgado, porque também nos promove, também nos identifica e também nos diferencia. Para além disso também ao nível do apoio social, toda a interligação institucional com as entidades concelhias. Também o apoio que temos prestado e o acompanhamento à presença dos refugiados da Ucrânia, que chegaram a Galveias e que a Junta de Freguesia - não sendo a entidade que os recolhe, porque essa responsabilidade é do Município, nos termos da legislação, é do Município em cooperação com as demais entidades que a nível nacional coordenam e tratam destas questões - mas, a Junta de Freguesia, naturalmente, prestou e tem prestado e continua a prestar o seu apoio, como é normal, ao nível de fornecimento da alimentação. E também, quando chegaram, com mais alguns bens e equipamentos que foi necessário



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

reunir para receber condignamente aquelas pessoas que chegaram a Galveias. Depois, para além disso, a nível das obras, nós costumamos dizer que o património da Freguesia se espalha por 3 distritos do nosso país. Alguns deles estão muito longe da nossa vista e, por vezes, até aparenta estar longe do nosso coração. Mas, não pode estar, até pela sua degradação, e pela preocupação que essa degradação nos põe às costas, e que nós temos que conviver com ela e ultrapassá-la e, para isso, temos tomado medidas. Daí, os trabalhos que decorrem no prédio da Avenida Visconde de Valmor, e outros que virão a seguir, porque estão feitos levantamentos de necessidades e serão lançados procedimentos de forma faseada, tendo em conta também os meios disponíveis na Freguesia, mas também a intervenção no prédio na Travessa dos Remolares, nomeadamente a cobertura do prédio, porque aquele telhado está muito más condições. Foram tomadas medidas de emergência e, a seguir serão também tomadas medidas no sentido da sua recuperação e reparação. Para além disso, temos amanhã a inauguração da Casa do Outeiro para a sede dos serviços sócio-culturais e decorre, como dizia há pouco também, todo o processo e a empresa entrará em ação com a obra no Centro de Interpretação José Luís Peixoto, nos próximos dias. Depois, os casões da cooperativa também caminham a muito bom ritmo para a finalização de todos os trabalhos para instalar ali os serviços operativos e oportunamente, não faltam muitos dias, para que possamos também dizer que estão concluídos aqueles trabalhos. Decorre também a obra de requalificação do edifício do mercado, uma obra que é propriedade do Município, em parceria com a Freguesia de Galveias, que também acredito que durante este ano ficaremos com mais aquele equipamento disponível, e que trará melhores condições para a realização de eventos na nossa terra. Nas casas de habitação social têm decorrido intervenções e vão continuar, porque temos um levantamento feito e vamos de habitação em habitação resolvendo os problemas e as dificuldades, e as necessidades, que aquelas habitações estão a revelar porque vão precisando de intervenção, manutenção e, caso a caso, vamos trabalhando. Finalmente, de referir também que ainda continua a desenvolver-se trabalho no sentido da legalização e do registo de algum património da Freguesia de Galveias e o que está aqui referido neste final de relatório é a conclusão do registo de propriedade do prédio da Avenida da Liberdade que, finalmente, foi concluída. Isto deve-se ao facto de o prédio quando chegou à propriedade da Freguesia trazer o ónus das pessoas que viviam lá e do rendimento que lhe era atribuído, nomeadamente a Sra. D. Ana Lúcia e os demais beneficiários do rendimento daquele prédio, e que com a morte desses usufrutuários esse ónus desapareceu. Desapareceu e precisava ser regularizado ao nível dos registos. E foi esse processo que concluímos muito recentemente e, por isso, neste momento, temos esse processo concluído. Porque até aqui dizíamos que a Junta de Freguesia era a entidade legitimamente detentora daquele prédio. Hoje a Freguesia de Galveias é a legítima proprietária, em definitivo.” -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

-----O Senhor Presidente questiona os membros da Assembleia se querem colocar alguma questão relativamente ao 1º ponto. Não havendo questões, passou ao ponto seguinte.-----

-----APRECIÇÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES A TEMPO INTEIRO DA SENHORA TESOUREIRA, NOS TERMOS DO ARTIGO 27.º, N.º 3, ALÍNEA B) DA LEI 169/99 DE 18 DE SETEMBRO. -----

----- O Senhor Presidente questiona a Senhora Presidente se tem alguma coisa a acrescentar relativamente ao 2º ponto.-----

----- A Senhora Presidente explica que: *“Esta situação decorre, porquanto a Lei que está referida permite e decorre da negociação que veio acontecendo ao longo de tempos entre a ANAFRE e a tutela, nomeadamente para o reconhecimento da importância do trabalho dos eleitos na Junta de Freguesia. E daí, resultou o reconhecimento da possibilidade de regimes de permanência para todas as freguesias do país, situação que entrou em vigor no dia 1 de janeiro deste ano. Até aqui, só algumas freguesias é que podiam ter ao seu serviço em regime de permanência, alguns dos seus eleitos. A partir de 1 de janeiro essa situação alterou-se e essa alteração veio refletir-se na própria Freguesia de Galveias. Porque, numa data anterior e nos termos da Lei - e a Assembleia foi tomando conhecimento dessa situação e foi verificando e exercendo a sua fiscalização sobre esse cumprimento - era possível a Freguesia de Galveias, fruto do seu orçamento, ter um dos eleitos do Executivo em regime de permanência a meio tempo. Com o acordo que foi estabelecido entre a ANAFRE e o Governo, nomeadamente, a tutela sobre esta questão, todas as freguesias do país têm direito a um eleito em regime de permanência a meio tempo, e freguesias como Galveias, em que o orçamento o permite, nos termos da lei, é possível a Freguesia ter um eleito a tempo inteiro. É possível ter um meio tempo que é pago pelo orçamento do Estado para todas as freguesias do país, mais um eleito a tempo inteiro que o orçamento da Freguesia de Galveias permite.”* A Senhora Presidente diz também que *“O trabalho do Executivo da Junta de Freguesia de Galveias assim o exige. Porque nós temos, também fruto da entrada em vigor do novo sistema de normalização da contabilidade pública, de tantas exigências que são colocadas e que todos os dias são exigências aprimoradas, chamemos-lhe assim, uma freguesia como Galveias tem de responder, eu diria, equiparadamente, a Municípios como Alter do Chão, Arronches, Crato, Fronteira, Sousel, concelhos mais pequenos. E a Junta de Freguesia tinha que, por um lado, equipar-se, e fê-lo, cuidando do seu mapa de pessoal, e cuidando da contratação de técnicos capazes de responder às necessidades da gestão diária da Freguesia e do seu património. E, por outro lado, a Lei reconhece esta possibilidade de ter um Eleito em regime de permanência a tempo inteiro, para poder acompanhar e responder, porque as exigências são diárias e permanentes e faz todo o sentido que*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

assim seja, porque cada vez mais são pedidas respostas às Freguesias. Há também competências que foram transferidas e outras que virão, enfim, um caminho aberto nesse sentido e faz todo o sentido que os eleitos - estes que estão agora em exercício de funções ou quaisquer outros que estejam noutros mandatos - que possam ter condições para poder exercer as suas funções. O que vem é para que a Assembleia de Freguesia verifique, analise, e possa constatar o cumprimento enquadrado na Lei.” -----

----- O senhor Presidente questiona os membros da Assembleia se têm alguma questão a colocar sobre este ponto. Não havendo questões, passou-se ao 3º ponto.-----

----- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO OS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 9.º DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- O Senhor Presidente questiona a Senhora Presidente se tem alguma coisa a acrescentar relativamente ao 3º ponto.-----

-----Sobre a questão da Prestação de Contas e a Prestação do Inventário a senhora presidente explica: *“Fruto das alterações que foram introduzidas de melhorias que já se fazem sentir, quer nos serviços, na forma como se faz a Prestação de Contas, na forma como se registou o património, a medida que tomámos de avaliação do património por um técnico credenciado, que fez o seu trabalho numa data anterior e que, sabemos hoje que o património da Freguesia, tal qual como está, vale 56 milhões de euros. Não sabíamos, toda a gente atirava números para o ar, hoje podemos dizê-lo com conhecimento de causa, porque contratámos esse trabalho e está feito. A nova contabilização, o SNC-AP, trouxe também novas exigências e a Junta de Freguesia, fruto também do seu orçamento, foi das primeiras freguesias a ter que corresponder a este desafio. Hoje temos, de facto, melhores condições para prestar contas, para mostrar com transparência o que é a vida da Freguesia de Galveias. Podemos reafirmar, como eu dizia há pouco, e esta prestação de contas mostra isso, que a freguesia tem uma saúde financeira boa. Precisamos, no entanto, continuar a trabalhar, porque os desafios que estão lançados com a introdução do novo sistema de contabilização, e com todas as obrigações e exigências que daí resultam, é necessário continuar a trabalhar para aprimorar e para concluir o trabalho de alteração que foi iniciado e que está claramente introduzido nos serviços, e que, daí resulta, uma clareza melhor no conhecimento na prestação de informação e no resultado final da prestação de contas da Freguesia. No entanto, é um trabalho que não está ainda concluído, será para continuar. Mas, deixar apenas esta nota, e por que a minha presença na Assembleia Municipal e a conversa*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

com outros autarcas tem permitido esse conhecimento, se técnicos e funcionários credenciados e muito experientes de outras autarquias levantam nota e fazem referência a grandes dificuldades que têm ocorrido na adaptação a este novo sistema, os serviços da Freguesia de Galveias não saem desta norma, antes pelo contrário, sentem-no com mais veemência, porque a par da introdução destas alterações, foram reestruturados também os serviços e os recursos humanos que a própria Freguesia não tinha. Um técnico de contabilidade ao serviço a tempo inteiro, não tinha um quadro superior dessa área. Neste momento, temos, e em boa hora o fizemos, orgulho-me de o ter feito e em boa hora foi feito, porque foi um contributo fundamental para que hoje possamos dizer que temos muito trabalho pela frente, mas temos muitíssimo trabalho já feito que reforça que foi uma aposta ganha.” -----

----- Para uma explicação, mais aprofundada, do ponto de vista das contas, a Senhora Presidente da Junta pede permissão ao senhor Presidente da Assembleia para que esta seja feita pelo Senhor Jorge Pinto, que acompanha o serviço de contabilidade da Freguesia. -----

----- O Senhor Jorge Pinto explica que: *“Do ponto de vista da atividade operacional à apreciação política, e aquilo que eu vou colocar são alguns esclarecimentos de natureza técnica. A conta de 2021 tem alguns aspetos a assinalar, do ponto de vista da sua evolução e do ponto de vista da sua limitação. Do ponto de vista da evolução, dois aspetos que relevam com maior significado na conta. Uma, a alienação, ou melhor, a alteração do método contabilístico decorrente da aprovação pela Assembleia de Freguesia da conta de 2020, onde havia a recomendação de alterar o critério de avaliação das propriedades de investimento, do critério do custo para um critério do chamado justo valor, e que se traduziu na avaliação dos imóveis edifícios e dos imóveis terrenos em rendimento, no acréscimo de cerca de 51 milhões de euros, estando hoje valorizados ao valor do mercado por 57 milhões de euros. E este valor poderá no futuro atingir os 80 – 90 milhões de euros. Decorre de quê? Decorre da avaliação que foi feita, que não foi feita por nós, foi feita por técnicos abalizados no mercado imobiliário. Decorre, em primeiro lugar, do estado de cada prédio, isto é, o seu estado de degradação, o seu estado de bom uso. E decorre, por outro lado, das condicionantes que esses prédios têm, nomeadamente estarem com contratos de arrendamento. Uma coisa é ter um prédio livre para o jogar no mercado hoje, outra coisa é ter o mesmo prédio sujeito a contratos, porque os seus rendimentos são menores. A avaliação que é do conhecimento da Freguesia, falo nos 80 – 90 milhões de euros, tem, na medida em que essa avaliação foi feita no atual estado dos 57 milhões de euros, e o estado possível pós recuperação, com ou sem a recuperação. Isto vai exigir, em média, de 3 em 3 anos, que seja feita uma avaliação dos prédios. É um facto financeiramente dispendioso, mas que,*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

de facto, perante um património tão elevado, ele dá uma maior verdade do real património que esta Freguesia tem. E aqui a Freguesia, não a Junta de Freguesia, não a Assembleia de Freguesia, mas a pessoa coletiva de território, que é representada pelos órgãos autárquicos. A segunda grande alteração que houve de 2020 para 2021 tem que ver com a relação da política laboral. A Freguesia das Galveias tinha um efetivo de trabalhadores com relação estável de emprego muito pequena, e tinha uma relação de trabalho muito elevada, em termos de precariedade, com recibos verdes. A alteração da integração do pessoal, no mapa de pessoal implicou que as despesas com o pessoal tivessem subido 33%, mas ao mesmo tempo, a aquisição de serviços onde eles eram classificados posterior, tivesse subido 32%. Há uma estabilidade, digamos, de dispêndio, mas uma alteração qualitativa estrutural, no que diz respeito às relações laborais. Um terceiro aspeto tem que ver com limitações ainda que existem. Essas limitações na Freguesia são de dois níveis. O primeiro ainda não foi possível aplicar NCP 10, isto é a Norma Contabilística da Agricultura, que é uma norma muito especializada que exige um trabalho, neste momento julga-se que se está em condições de começar a fazer, graças aos técnicos que aqui estão, e aos trabalhadores, que prestam essa informação relativamente à agricultura, porque a agricultura exige uma chamada posição de mercado. Isto é, para se perceber quando se chegou à X da situação, as chamadas variações de produção - e é assim que são avaliadas - são feitas este ano já mais próximas da realidade em termos de à data de 31 de dezembro, mas que, objetivamente, tem que ser feitas mensalmente. Isto é, mensalmente, tem a ver por exemplo, o reporte do número de cabeças de gado que estão em crescimento, que estão em condições de venda, e digamos, com as suas idades, e saber os seus preços de mercado na bolsa de valores do mercado agrícola. A mesma coisa com a produção, digamos agro-pecuária e florestal, que é significativa, e na florestal, a mais significativa de todas, que mostra nesta conta uma variação, que não é a mais correta do ponto de vista técnico. Porque a nossa construção de resultados evidencia que o volume de vendas passou de 1.582.000,00 euros para 441 mil euros, portanto uma quebra significativa de 1 milhão e 90 mil euros. Isto para vocês, Membros da Assembleia de Freguesia é mais correto, mais transparente. Isto é, em 2020, houve um grande volume de venda de cortiça e em 2021 não houve volume de cortiça, e esta queda está aqui colocada. Mas, tecnicamente, isto não é assim que devia ser feito. E todos perceberão: uma coisa – não é o caso da Freguesia, porque pelo legado não pode alienar as suas propriedades, mas uma coisa é vender uma propriedade de montado de sobro no ano a seguir a tirar a cortiça, outra coisa é vender essa mesma propriedade no ano em que se tira a cortiça. O valor da propriedade não é o mesmo. E não é o mesmo, porque a cortiça é um produto que se vai criando ano a ano. E aquilo que nós devíamos fazer era pegar no valor da cortiça, por exemplo, um milhão e 800 mil euros, dividi-lo por 9 e dizermos que o rendimento da Freguesia em cada um dos anos eram 200 mil euros. Mas, depois, tínhamos que estar a



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

fazer cálculo financeiro, porque uma coisa é dizer 200 mil euros hoje e quanto é 200 mil euros daqui a 9 anos, e tínhamos que estar a ver os descontos. São operações, naturalmente, que se fazem, de natureza de cálculo financeiro, há essa limitação, mas de qualquer forma, ela espelha a verdade da variação, não com o acréscimo, da variação do acontecimento, nesta matéria. Da mesma forma, outro aspeto que consubstancia nesta conta tem a ver com as subvenções agrícolas. Eu, às vezes brinco e digo que a Freguesia, esta organização que aqui está é um grande proprietário imobiliário e agrícola que tem por apenso uma Junta de Freguesia. Porque neste orçamento, as transferências do orçamento do Estado são 70 mil euros. E o orçamento varia entre os 2 milhões e os 8 milhões de euros, e em propriedade 60 milhões de euros. Aqui, nesta conta, do ponto de vista material, a Freguesia, há a organização institucional, a Freguesia é um apêndice, mas ela é determinante para as condições a que está condicionada. E, na agricultura, e bem, esta Freguesia, digamos, recorre aos fundos disponíveis para a agricultura, mas houve uma variação substancial de 830 mil euros para 480 mil euros. Estas subvenções pesaram. Finalmente, digamos, houve aqui acertos de mais valias e de menos valias nas contas, outros rendimentos e outros gastos, que refletiram alguma melhoria na avaliação dos inventários. Ainda não estão, digamos, perfeitos, porque eles deviam ser inventários em crescimento, alguns deles, no que diz respeito aos gados e à produção. Os valores são os valores correntes e que se traduziram num resultado económico e financeiro de 580 mil euros de resultado negativo. Não é preocupante, uma vez que o património da Freguesia refletido no balanço, isto também é uma técnica a que estamos sujeitos, isto é, a valorização do património não se refletiu no resultado do exercício, mas refletiu-se no seu património líquido, que subiu substancialmente. E, se olharem para os indicadores financeiros, o ativo corrente da Freguesia, relativamente à sua dívida, ao seu passivo é, desculpem-me a expressão, brutalmente elevado. Se a nossa economia no país tivesse metade dos ratios de indicação desta organização, nós teríamos, seguramente, um país acima do pelotão da frente, em termos da sua musculação financeira, pelo que temos de ver onde é que estão os indicadores económicos. Isto é, o ativo corrente, aquilo que a Freguesia tem disponível para alienar, seja o gado, seja o próprio dinheiro que tem, é 1122 % superior ao seu passivo. Nós costumamos dizer que este ratio é muito bom quando ultrapassa os 100 %, isto é, quando o ativo corrente que nós temos é, pelo menos, igual à dívida que temos, estamos descansados. Aqui não é uma vez superior, mas cerca de 11 vezes superior. As disponibilidades da Freguesia, o dinheiro que existe para pagar o passivo ultrapassam 5 vezes o valor do passivo. Portanto, sem nenhuma preocupação desta natureza. E outros indicadores ou o indicador do ativo de 70 milhões de euros para um passivo de 313 mil euros. Não há dúvida do ponto de vista objetivo, financeiramente. É evidente que isto decorre não apenas da gestão, mas fundamentalmente da particularidade desta Freguesia, o seu legado que é rico e que importa sobretudo preservar, melhorar e



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

rentabilizar. Do ponto de vista orçamental, dados, digamos, os rendimentos que houve em quebra, houve necessidade de ir ao saldo de disponibilidades, baixou 500 mil euros, mas é importante perceber que essa alteração que houve da disponibilidade foi fundamentalmente canalizada para investimento. Uma vez que uma das questões que nós medimos, o saldo global foi de menos 528 mil euros, fruto, digamos, de se ter gasto mais dinheiro do que o que se recebeu. Mas, deste valor, 437 mil euros foram canalizados para investimento, isto é, não foram canalizados para gastos correntes, foram gastos para a formação de capital fixo. Do ponto de vista orçamental, a Freguesia termina com uma disponibilidade em tesouraria muito elevada. Tem, digamos, o seu património hoje inventariado, tem os seus inventários pecuários e agrícolas melhorados. Já foi possível, ainda que com limitação do ponto de vista técnico, daquilo que é a sua limitação e que é normal ainda hoje em muitas autarquias, aplicar mais uma vez à NCP 27, é Contabilidade de Gestão e é contabilidade interna. Mas, já foi possível graças à informação dos serviços, por exemplo, conseguir apurar os gastos nas sementeiras com informação credível, ora de máquinas, ora de sementes, ora de adubos, digamos, das várias fases agrícolas que estão todas inventariadas. Não é ainda possível fazê-lo, porque isso obrigaria a um inventário diário de entradas, de saídas, de milhares de produtos que, a passagem daquilo que são os produtos agrícolas em si para os produtos comerciais, isto é, quando se sai da terra e se vai para a loja ou que vai para o comércio. Isso obrigaria a ter critérios de valorização. Uma coisa é o critério de valorização agrícola na produção, e depois o espaço para a venda, deixam de ser produtos agrícolas e passam a ser produtos comerciais. Ou um inventário permanente da loja, onde constassem os resultados da loja existentes noutra conta.” -----

-----Não havendo questões a colocar, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três a votação e foi **Aprovado com três abstenções.** -----

-----**PRIMEIRA REVISÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO, NOS TERMOS DO ARTIGO 9.º N.º 1 ALÍNEA A) DA LEI 75/2013.** -----

-----A Senhora Presidente explica que este ponto resulta da Lei e da inclusão para a conta de 2022, inclusão do saldo que transita do fecho da conta de 2021. “Como sabemos, a Freguesia, e por tudo aquilo que foi aqui referido e que os Senhores Membros da Assembleia têm na vossa posse, a Freguesia transita com um saldo de dinheiro de 2021 para 2022. Mas que, com o fecho da conta esse dinheiro fica impossibilitado de ser utilizado na vida da Junta de Freguesia, se não houver esta revisão, depois de aprovada a conta de gerência do ano anterior, para permitir a sua inclusão nas verbas disponíveis para a gestão do ano de 2022.” -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- Não havendo questões a colocar sobre este assunto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro em votação sendo o mesmo **Aprovado por Unanimidade**.-----

-----APRECIAÇÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO DO PARECER DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS, RELATIVAMENTE AO RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS, DA JUNTA DE FREGUESIA DE GALVEIAS, REFERENTE AO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM (2021). ----

-----A Senhora Presidente diz que: *“O parecer que temos connosco resulta do trabalho do Revisor Oficial de Contas e que reafirma, segundo a minha ótica, de facto, a correção das contas que os Senhores Membros da Assembleia acabaram de votar. O Revisor Oficial de Contas fez o seu trabalho, avaliou o fecho da conta de gerência e emite o seu parecer, dando o parecer favorável com as reservas que também o Dr. Jorge Pinto aqui referiu, relativamente às questões do património e da inclusão da norma contabilística relativamente à agricultura. Mas dar nota também disto que o Revisor Oficial de Contas trabalha com a nossa Freguesia desde 2018. Era uma lacuna também que a Freguesia tinha desde 2014 e que nós procurámos concretizar e pôr em marcha e que nos tranquiliza também, porque o seu trabalho independente, a sua análise, a sua avaliação ao que é o trabalho da feitura da conta de gerência da Freguesia, acaba por ficar também ele mais certificado para nós, que sabemos que está feito com consciência e com transparência. A certificação pelo Revisor Oficial de Contas, que é uma entidade independente e externa à Freguesia, vem reafirmar a nossa tranquilidade relativamente ao trabalho de prestação de contas da Freguesia.”*-----

----- Não havendo questões a colocar sobre este assunto, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.-----

----- APRECIAÇÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA LEI N.º 6/2020, DE 10 DE ABRIL, ADITADO PELA LEI N.º 12/2020 DE 7 DE MAIO. -----

----- A Senhora Presidente esclarece que isto tem a ver com os gastos e o acompanhamento que é feito àquilo que são as atividades das Autarquias, no caso concreto da nossa Freguesia, relativamente às medidas tomadas de combate à pandemia, e que, nos termos da lei temos que trazer à Assembleia de Freguesia a informação do que é que foi a atividade e os gastos nessa área.-----

----- Não havendo questões a colocar sobre este assunto, o Senhor Presidente da Assembleia deu por terminado o período da ordem do dia. No entanto, o Senhor Augusto Rainho pediu a palavra, tendo sido permitido pelo Senhor Presidente da Assembleia.-----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

-----O Senhor Augusto Rainho pergunta à senhora Presidente sobre o arrendamento da Tapada da Vinha, em frente ao Parque Aquático e logo por cima do recinto de festas. *“Uma vez que aquilo vai ser requalificado, sendo para fins pecuários, nem sei se há alguma cláusula no contrato que a pessoa não pode lá pôr gado, ou se pode. É fins agrícolas, pode ser para sementeira, como pode ser para pôr gado. Uma vez que vai ali ficar tanto o Parque Aquático como o Recinto de Festas, se havia necessidade de fazer o arrendamento para esse fim?”* -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia faz a ressalva que este tipo de perguntas, sobre assuntos que não constem na ordem de trabalhos, deverão ser colocadas no período antes da ordem do dia, e pergunta: *“Senhora Presidente não se importa de responder?”*-----

----- A Senhora Presidente explica que: *“Decidimos arrendar a Tapada da Vinha e a Tapada de Santo António. São terras que estão inaproveitadas, que acabam por se tornar terras de ninguém se não tiverem utilização, e o que nós decidimos foi lançar procedimento para poder arrendá-las, porque apareceram na Junta de Freguesia manifestações de interesse no arrendamento daquelas terras. Neste momento, o procedimento decorreu, as propostas que chegaram satisfazem o objetivo que estava lançado de acordo com o procedimento. Os contratos ainda não estão assinados. A Junta de Freguesia, porá naqueles contratos, como tem posto nos demais contratos todos que tem a arrendamento, as condições que entende que melhor servem os interesses da Freguesia, a defesa do ambiente e a qualidade de vida de quem está à volta das terras propriedade da Freguesia de Galveias. Estas não fugirão a essa regra e, os textos dos contratos estão a ser redigidos, salvaguardando esses critérios base. Vamos ver, depois, até pode acontecer que quem ganhou as propostas de valor de arrendamento, possa não concordar com as condições que a Junta de Freguesia coloca. Mas a nossa posição tem sido esta, e é isto que nos norteia. É a terra ter boa utilização, sempre defendendo o ambiente, não prejudicando a qualidade dos solos e também preservando na utilização de produções intensivas ou super-intensivas, quaisquer que elas sejam, porque isso prejudica fortemente não apenas a qualidade dos solos de que a Freguesia é proprietária, mas prejudica também a saúde de quem está à volta e que respira todos estes ares que por aí nos circundam. Os contratos estão em elaboração e vamos depois ver, as condições são as que estavam no edital, a não produção intensiva ou super-intensiva, agora vamos consubstanciar isso no texto dos contratos e depois veremos. Traremos à próxima Assembleia a informação de qual foi o resultado.”* -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- A Senhora Ana Sofia explica que: *“Gostava de dar a minha opinião acerca da declaração do Facebook. Acho que posso, se não se importarem. Eu também sou representante de um partido, tenho dois facebooks exatamente por causa dessa situação, tento dividir as situações, mas acho que como todos concordamos, estamos numa democracia. E não podemos nos dissociar, as pessoas que somos, dos representantes políticos que somos, também. Acho que a Rute não me pareceu estar a fazer comentário direto a ninguém aqui da Freguesia, da Assembleia ou da Junta. Portanto, nesse sentido, acho que foi um bocadinho descabido virem com o assunto aqui para a Assembleia, que não tem a ver com Galveias. Acho que toda a gente, tal como viram publicamente o comentário que a Rute fez, podiam ter comentado no Facebook o seu desagrado. Tinham essa possibilidade, perguntar, tivessem perguntado, feito comentários, etc. Acho que tinham todo o direito, se se sentissem desagrados. E tal como somos democráticos, eu estou a defender uma pessoa do PS. Pronto, esta era uma coisa. A segunda coisa é que gostei de ouvir, realmente, dizer que são pessoas que não baixam os braços e que lutam principalmente pela Freguesia. Nesse sentido, eu queria perguntar uma coisa à Senhora Presidente: se já houve algum tipo de contacto por parte da Câmara sobre um pedido de iluminação pública ali na zona da capela.”* -----

-----A Senhora Presidente pergunta se é na capela do Senhor das Almas.-----

-----A Senhora Ana Sofia responde que sim.-----

-----A Senhora Presidente explica que: *“Oficialmente, não chegou qualquer comunicação do Município à Junta de Freguesia sobre esse assunto.”* -----

-----A Senhora Ana Sofia explica que: *“Nesse sentido, e como, realmente, estou a ver que têm todo o interesse em desenvolver a Freguesia, como sabem eu tenho um projeto de turismo rural ali naquela zona, eu já fiz há mais de 2 anos um pedido para a Câmara fazer a requalificação da zona e pôr ali iluminação pública, sugerindo que a iluminação viesse da Ribeira das Vinhas até Galveias, porque vocês sabem, aquela zona não tem habitação, tem habitações que estão abandonadas por algum motivo, e que é impossível ter ali algum negócio com aquelas condições. Para os mais distraídos, o Senhor Presidente, nas autárquicas, no debate que foi feito na Rádio Portalegre disse que o assunto estava resolvido. Eu voltei novamente a perguntar como é que a situação estava, até agora não tive resposta. E, então, é nesse sentido, que eu venho propor que também lutem comigo, porque um qualquer negócio que envolva turismo ou seja o que for, vai criar emprego, vai criar desenvolvimento e acho que é bom para a Freguesia. O que eu peço é que lutem comigo, que também perguntem, porque aquele debate foi público, portanto, as declarações dele são públicas e podem ter toda a legitimidade também de perguntar porque é que, se está resolvido, porque é que ainda não foi posto em prática essa tal solução que já estaria resolvida?”* -----

----- A Senhora Presidente explica que: *“Nós conhecemos a intenção que a D. Ana Sofia aqui trouxe, porque ela reuniu com a Junta de Freguesia no mandato anterior e*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

apresentou a sua intenção de investimento. Só que, no que se refere à iluminação pública é responsabilidade e competência do Município e, portanto, nós, por mais que possamos dizer ou comunicar, faremos apenas isso, porque a competência e a decisão, é municipal.” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia em relação à intervenção da Senhora Ana Sofia diz *“Nem todos somos fãs do Facebook e de outras redes sociais. E preferimos a confrontação cara a cara do que nas redes sociais. Nas redes sociais diz-se aquilo que se quer e não se tem direito a resposta. Eu sou um dos proponentes dessa declaração política, achei que ela é perfeitamente razoável e é nesse sentido que estou a defendê-la.”*-----

----- O Senhor Bruno Pinto pergunta quem recebe os subsídios da Vinha, se o senhor Santanita ou se a Junta de Freguesia. Diz também que o Infantário está degradado e se não há ninguém que possa ajudar nesta situação. -----

-----A Senhora Presidente explica que: *“Relativamente à vinha, é conhecido que a Junta de Freguesia arrendou a vinha à empresa que está a operar e a explorar a vinha. Que subsídios recebe? Não lhe sei dizer. O valor que foi acordado foi tendo em conta essa situação. Depois do arrendamento, a Junta não pode receber subsídios de uma terra que passou a posse e por ela recebe uma renda. Se a empresa recebe outro tipo de apoios, outro tipo de subsídios, isso é com a empresa, como será com as outras empresas que têm as outras terras arrendadas onde não há vinha, mas há outro tipo de produção.”*-----

----- O Senhor Bruno volta a perguntar: *“Esse subsídio vai diretamente para o senhor da vinha ou vai para a Junta?”* A Senhora Presidente volta a explicar que *“esse valor de subsídio foi considerado no acordo que fizemos pelo valor do arrendamento. A partir do momento em que a Junta arrendou a terra, essa terra está à responsabilidade daquela empresa, se depois disso, a empresa ou o empresário vai à procura de outros apoios, não sei dizer. Como não sei dizer, e volto a repetir, como também temos rendeiros de vinha em Torres Vedras, temos rendeiros com olival na Carapeta e isso eu não sei. Não sei, porque as terras, a partir do momento em que estão arrendadas estão à responsabilidade e na posse das empresas que as arrendaram. Isto é assim.”*-----

----- Em relação ao Infantário a Senhora Presidente explica: *“Podemos fazer um dia um historial, e não tardará muito, se calhar, poderemos fazer um historial do que é a instituição Infantário D. Anita e a Fundação Infantário D. Anita. E o que é que pode ser o relacionamento entre a Junta de Freguesia e aquela entidade, independentemente do ponto de situação de degradação e de necessidade de manutenção que o edifício possa ter. Vale a pena referir que aquele edifício resulta de um legado que foi deixado também a Galveias pelo Senhor Comendador Assis Roda. E que deixou, para além do dinheiro para construir o edifício e o edifício da Junta de Freguesia, deixou também uma quantia*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

em dinheiro, que está registada no Diário da República em 1958, para tornar essa verba, que na época eram 3 mil contos, que fosse tornado em renda perpétua, para garantir e assegurar, a conservação e a manutenção do edifício do Infantário. E a propriedade do edifício é da Freguesia de Galveias. Até hoje, que eu saiba, nunca a Freguesia de Galveias recebeu um cêntimo de renda, e muito bem. Nunca recebeu um cêntimo de renda pela utilização daquele edifício. Naturalmente, a entidade que gere e que administra o Infantário tem fontes de financiamento público que também nós sabemos que existem, e bem, e no início do mandato passado, nós alterámos, uma situação que existia, porque também se desenquadrava da lei a forma como estava a ser concretizado essa transferência de verbas, que a Freguesia de Galveias transferia mensalmente para o Infantário uma quantia correspondente a 50 euros por criança que utilizava o Infantário. E isto, nos termos da lei consubstanciava um duplo financiamento público ao Infantário D. Anita, porque tem contratualizado, e bem, com a Segurança Social, que é a entidade pública que deve financiar as entidades que prestam assistência ao nível da infância, e o Infantário tem contratualizado com a Segurança Social apoio financeiro para o desenvolvimento da sua atividade e para a prestação de serviços de apoio às crianças, na infância, para creche e para pré-escolar. E a Junta de Freguesia transferia este valor que consubstanciava que estávamos perante uma segunda entidade pública que financiava o Infantário D. Anita. Nessa situação e a Junta de Freguesia para si a atribuição daquele valor era um valor a atribuir para apoio a cada criança, portanto, às famílias daquelas crianças. Sendo a Junta de Freguesia uma entidade pública, tem a obrigação de olhar para toda a população da Freguesia. E, por isso, criou normas que não existiam e criou um regulamento de apoio à primeira infância, em que permite a atribuição pela Junta a cada família, o apoio mensal de 50 euros por criança, dos 0 aos 6 anos, até que entre no primeiro ano do ensino básico. E essa atribuição, esse apoio é feita às famílias, independentemente de qual é a instituição que a criança frequenta. A criança pode frequentar o Infantário D. Anita, como pode, por interesse das famílias frequentar uma outra instituição fora das Galveias, mas a criança é de Galveias e a família também. A criança pode também estar apenas em casa com a família. Continua a ser uma criança de Galveias e a família também.” -----

----- O Senhor Bruno pergunta se não dá para efetivamente ajudar a fazer obras ou a pintar o edifício. -----

----- A Senhora Presidente explica que “a Junta de Freguesia, como entidade pública que é, tem que olhar também para o cumprimento da Lei, que já referimos aqui ao longo da nossa assembleia, variadíssimas vezes, hoje, e tem que enquadrar na Lei a sua relação com as outras instituições da Freguesia. E já há uns anos, desde 2019 mais concretamente, foi proposto pela Junta de Freguesia à direção do infantário o estabelecimento de um protocolo que permitisse legalizar no papel aquilo que, na prática, existe há décadas. Que é, o infantário tem na sua posse aquele edifício, que foi



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

construído para o objetivo do infantário e o edifício é propriedade da Freguesia de Galveias. E a Junta de Freguesia tem instalado no edifício que é propriedade do infantário a sua loja da Junta, no edifício que é propriedade do infantário e que também não está reconhecido em nenhum documento esta utilização. Nem a Junta paga qualquer renda pela utilização da loja, tem cuidado do edifício, nem o infantário paga à Junta de Freguesia. Como eu disse há bocadinho, não paga sequer um cêntimo de renda, e muito bem. Posto isto, em 2019 foi feita esta proposta de protocolo que abrangesse os dois edifícios, porque há um outro edifício, que também é propriedade da Fundação Infantário D. Anita, que é a Igreja da Misericórdia, e que, esse sim, está protocolado com a Freguesia de Galveias. Em 2019, a direção do infantário recusou assinar aquele protocolo, que envolvia os dois edifícios, porque no entendimento da direção, na altura, era que, queria, sim senhor, um protocolo que permitisse reconhecer pela Freguesia de Galveias a utilização do edifício do infantário. E a Junta de Freguesia entendia, e na minha perspetiva há que resolver dois problemas, então, podemos resolvê-los de uma vez só. Não foi esse o entendimento da direção do infantário, e a situação ficou assim. Também em 2019, o infantário, e esta proposta surgiu na sequência de um pedido de apoio que o infantário fez à Freguesia, exatamente nestes termos: de substituição de lâmpadas, de substituição de torneiras, enfim, várias ações de manutenção e de conservação do edifício e de todo o espaço. É claro que a Freguesia respondeu desta forma para poder clarificar, até por que há possibilidades de candidaturas e de financiamentos que essas candidaturas podem permitir, havendo a declaração oficial da posse do edifício. Desta forma, não é possível resolver. E esse pedido que veio em 2019, estimulou-nos a esta proposta para clarificar e resolver a questão, que não foi aceite pela direção do infantário. E, já agora, também, deixar aqui nota que muito recentemente, voltámos a receber o mesmo pedido de apoio, só com a mudança da data para agora. Portanto, a Junta irá avaliar isso, porque vai reunir e vai avaliar esse pedido na próxima reunião, mas a nossa situação é esta. É possível, tal como nós fazemos que estabelecemos parceria com o Município para a requalificação do mercado, a Junta de Freguesia, em vez de gastar 600 mil euros, gasta 90. E que na requalificação do recinto de festas teremos uma situação parecida e que para a casa mortuária queremos repetir o mesmo cenário. Enquanto entidade, porque o infantário, sendo uma fundação, chama-se Fundação Infantário D. Anita, tem um objeto, tem uns estatutos, tem uma figura jurídica, que lhe permite também, enquanto entidade autónoma, candidatar-se a determinados tipos de financiamentos. Mas, para isso, precisa do tal documento que lhe diz que, legitimamente, tem a posse daquele edifício, para poder aí fazer intervenção. Se houver este entendimento, seguramente será mais fácil resolver problemas. A Junta de Freguesia fez esta proposta na busca de soluções, na altura foi também muito criticada e acusada por deixar de transferir diretamente os tais 50 euros por criança para o infantário, tendo a Junta e a sua Presidente sido acusados, inclusivamente, de querer



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

fechar o infantário. Não é isso, isso não é verdade, nunca foi, nem neste mandato nem em nenhum. Aliás, hoje, a população de Galveias tem as suas crianças no pré-escolar no infantário, quando poderia tê-lo no serviço público na escola. E foi a Junta de Freguesia, em mandatos passados que diligenciou no sentido de reforçar o número de crianças que frequentavam o infantário, transferindo para o infantário o serviço pré-escolar que se prestava na escola pública. É olhando para essa situação que a Junta de Freguesia procura apoiar o máximo possível, dentro daquilo que lhe é possível fazer. E, dentro desta conduta, criámos o apoio à primeira infância, estamos neste momento a trabalhar no regulamento que virá a uma próxima reunião da assembleia, o regulamento de atribuição das bolsas de estudo do ensino superior. De, também de revisão do regulamento de apoio de incentivo à natalidade, e procuraremos criar outro tipo de regulamentos que temos em mente. Porque, sem regular e sem criar normas, a Junta de Freguesia não pode apoiar só porque sim. Ou porque lhe apetece, ou porque reconhece, mesmo reconhecendo que aquela situação é assim. Agora, em primeira instância é a direção da instituição que tem que resolver aqueles pequenos problemas. Já agora, deixe-me dizer-lhe que, quando a Junta de Freguesia precisa limpar um espaço público, é sua competência, não vai pedir a outra entidade. Fá-lo. Ou então, se não fizer, fica exposta à crítica da população. Portanto, tem normas que tem que cumprir, e cumprindo essas normas faz o máximo que pode fazer.” -----

----- Depois de cumprimentar todos os presentes, o Senhor Manuel Braga diz: “Esta questão que foi colocada agora do infantário, não há qualquer problema nem má intenção da Junta de Freguesia relativamente ao infantário, não vale a pena. A questão de a Junta de Freguesia atribuir um apoio financeiro às famílias das crianças de Galveias, mas que não estavam neste infantário, e estavam lá fora, havia muitas crianças que estavam lá fora nos infantários, e a Junta de Freguesia, que não recebiam apoio, os seus familiares não pediam apoio. Portanto, a Junta de Freguesia concedeu esse apoio a essas crianças que estavam lá fora, também. Não o retirou àquelas que estavam neste infantário, que fique claro, e é lógico, que há muito em Galveias, que dar dinheiro às crianças que não estão neste infantário, e não é para acabar com o infantário, é um fantasma que não cabe na cabeça de ninguém. As crianças de Galveias estarão no infantário, continuam a receber, e as crianças que estavam lá fora, e estão lá fora, continuam a receber. A preocupação com o infantário, já foi aqui explicado, a responsabilidade de quem é, e quem pode responder a essas responsabilidades. Eu não sei se sabem, mas é assim: se for autorizado um pagamento pela Junta de Freguesia, que esteja em contra de alguém, quem perde o mandato não é quem está no infantário, é quem está na Junta. Quando em 6 anos de mandato se receberam quase 12 milhões de euros em cortiça, havia outras maneiras.” O Senhor Manuel pergunta ao Senhor Bruno qual “é a maneira que você encontra, por exemplo, para os prédios dos Remolares, que estão a cair, em plena Baixa de Lisboa, de 5 andares? Qual é o problema que você



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

resolve, o problema da, da Rua da Glória, que está na mesma situação? São preocupações que a Junta tem.” -----

----- O Senhor Bruno diz que “Alguns já receberam o dinheiro deles e gastaram-no.”-

----- O Senhor Manuel diz que “A preocupação é com o infantário, é com tudo aquilo que existe e é com tudo aquilo que existe da responsabilidade da Junta de Freguesia. Também podia falar no Cantarinho, também estamos preocupados com o Cantarinho. Também estamos preocupados com o Monte da Torre, também estivemos preocupados com esta sala. Também estiveram preocupados com a Casa do Outeiro. Estão preocupados com muita coisa. Portanto, não vale a pena levantar outra vez o fantasma de que se a Junta não apoiar, não transferir dinheiro, o infantário fecha. Não fecha! Tem outras condições. Podem-se encontrar até, podem-se sentar à mesa e vamos tratar da questão do protocolo, que tem o valor dos edifícios. E vamos ver para as crianças estarem melhor e ninguém deseja prejudicar ninguém. Relativamente aqui à questão da guerra que existe, da invasão da Rússia sobre a Ucrânia. Aquilo que nós não queremos e não admitimos é que nos colem ao Putin e ao regime da Rússia. Putin não tem nada a ver com o Partido Comunista, o regime da Rússia não tem nada a ver com aquilo que nós defendemos. E, muitas vezes, procuram ligar-nos a essas imagens. Putin é um oligarca, tinha certos oligarcas. Zelensky é um oligarca apoiado pelos americanos. São os dois de extrema-direita. Não vale a pena escamotear mais, leiam. A senhora falou há bocadinho no Papa. Eu também li a entrevista do Papa. Ele também dizia, apelava à paz. Mas, sobre Mariupol, a saída dos civis, eu li hoje no Público, vão conseguir um acordo com o António Guterres, com a Rússia e com a Ucrânia, para esse corredor humanitário. Mas, depois também li, que, de facto, o Presidente da Ucrânia, queria que, com os civis, saíssem os militares que lá estão, do batalhão Azov. Numa guerra, não há corredores humanitários para militares, numa guerra, ou há rendição, ou há troca de prisioneiros. Agora, civis, tudo bem. Agora, quando um Presidente impõe “junto com os civis saem os militares”, fascista, não podemos permitir isso. Se calhar, as negociações falharam por aí. Eu também li a entrevista do Papa e, já agora, quero dizer: este papelinho que aqui está são duas folhas do Público, que saíram há muito tempo. E têm uma entrevista grande de duas páginas de um senhor chamado Luís Amado. Creio que vocês sabem quem é Luís Amado. Luís Amado é um militante socialista. Foi 13 anos Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Reuniu com esta gente toda, com os membros, os Putins, das Ucrânias, com essa gente toda. Conhece muito melhor a situação internacional do que nós. Não tenho dúvidas nenhuma, e o que ele diz aqui quando lhe perguntaram relativamente à questão do exército europeu, se estava morto, ele disse: - “Não, não está!” Porque isso não é do interesse dos Estados Unidos. O interesse dos Estados Unidos é manter a guerra, porque com a venda das armas consegue equilibrar a balança comercial com a Europa. Isto mais do que uma guerra, que rouba vidas humanas, e destrói tudo, está aqui a questão financeira por trás, e económica. Portanto, esta é que



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

é a questão. E ainda hoje ouvi, também, ouvi naturalmente, um alto representante da NATO e dos Estados Unidos dizer que “Esta guerra é para durar, não está para terminar, esta guerra é para durar.” Quanto mais esta guerra durar, mais os Estados Unidos ganham. Naturalmente. Não ganhamos nós nem o povo. Agora, queremos deixar aqui claro é isto: nós não apoiamos Putin, não apoiamos a intervenção na Ucrânia, como não apoiamos em qualquer parte do mundo. Já o demonstrámos mais do que uma vez, essa situação. Não encontro nenhum documento do PCP a dizer que apoiamos a guerra aqui ou ali. Nunca. Portanto, somos contra a guerra, somos contra Putin, somos contra Zelensky, somos contra os oligarcas que, à custa de vidas humanas e destruição de populações e de edifícios e tudo, de sofrimento, ganham milhões de euros. Contra esses é que a gente está contra, estejam onde estiverem, estejam em Portugal, estejam na França, estejam na América, estejam na Rússia, estejam eles onde estiverem. Você disse e muito bem, nós fomos já colonizados pelos espanhóis. Mas, não nos esquecemos de uma coisa: com a ajuda dos outros libertámos espaço português. Mas, olhe que eles admiram o nosso território, os espanhóis. A situação de Olivença é bem clara. Olivença é portuguesa. Olivença é portuguesa, mas quem manda lá são os espanhóis. E nós estamos contra. Até nós, mesmo em Portugal, somos os únicos, quer dizer, que lutamos contra isto. Não vemos mais nenhum partido político, nem mais ninguém dizer que Olivença que é portuguesa. E temos direito a ela. Portanto, quero deixar aqui claro, uma palavra de simpatia também pelas vossas posições, mas, por favor, não nos liguem ao Putin que nós não temos nada a ver com ele. Nada.” -----

----- A Senhora Rute Engrácio diz: “É assim, eu não vos liguei ao Putin. Atenção, está aqui tudo a falar que eu vos liguei ao Putin. Não tem nada a ver. Atenção, acho que ninguém se liga a ele, senão os oligarcas, está bem? Eu só disse “esta gente”! Gente que apoia!” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia Luís Armando Rodrigues Soeiro, declarou encerrada a reunião do que para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que foi aprovada por unanimidade, em minuta, e, vai ser assinada por mim, Carlos Valente que a redigi e pelo senhor Presidente da Assembleia de acordo com o artigo trigésimo do regimento em vigor.-----
